



**LULA PRESIDENTE**

**COMPROMISSO  
COM AS MULHERES**

**Programa Setorial de Mulheres  
2007 / 2010**





ORDEM E

**LULA PRESIDENTE**

---

**COMPROMISSO  
COM AS MULHERES**

---

**Programa Setorial de Mulheres  
2007 / 2010**





## Sumário

---



5

1. O que o Governo Lula mudou na vida das mulheres
2. Hora de Consolidar Conquistas
3. Governar com e para as mulheres
4. Institucionalidade necessária
5. Propostas para fortalecer a promoção da igualdade



O segundo Governo LULA deverá consolidar e avançar na implementação de políticas para as mulheres, de promoção da igualdade e de combate aos preconceitos e a discriminação. As políticas de igualdade promovem a cidadania, asseguram que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades para se desenvolver, incluem todas as pessoas para exercerem dos seus direitos e asseguram a participação em todos os espaços da sociedade. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres será fortalecida para influenciar e dialogar sobre o conjunto das políticas públicas.

## 1. O QUE O GOVERNO LULA MUDOU NA VIDA DAS MULHERES



6

**A** criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, com status de ministério e vinculada diretamente a Presidência da República, é o reconhecimento de que a desigualdade entre homens e mulheres impõe um déficit democrático à nação. Quando associada às disparidades de origem étnico-racial, essa desigualdade exclui milhares de brasileiras dos benefícios e riquezas produzidos pelo país. Importante ação afirmativa, a criação da SPM buscou dar centralidade às transformações que objetivavam mudar a realidade das persistentes desigualdades em nosso país.

É fundamental destacar que o Governo

Lula implantou políticas que se constituíram em diferenciais importantes em relação a outros governos. A administração anterior foi marcada pela instabilidade e descontinuidade dos mecanismos de defesa e promoção de direitos das mulheres. Cabe ressaltar que tais governos transferiram às organizações não governamentais e à sociedade civil as responsabilidades do Estado, notadamente no campo do enfrentamento à violência contra a mulher.

### AÇÕES DO GOVERNO LULA:

\* Vinculação direta da SPM à Presidência da República, com status de ministério, permitindo um diálogo horizontal com os demais ministérios encarregados das políticas setoriais.

\* Inclusão no PPA 2004 /2007 do desafio relativo à redução das desigualdades de gênero e raça.

\* Buscando a ampliação das atribuições e responsabilidades, o Governo Lula estabeleceu três programas com dotações orçamentárias:

- Prevenção e combate à violência contra a mulher.
- Igualdade de gênero no mundo do trabalho.
- Programa de gestão da política de gênero, que possibilitou à SPM estabelecer parcerias intra e inter governamentais e com os movimentos sociais de mulheres em todo país.

\* Fortalecimento da institucionalidade de instâncias para implementação de políticas para as mulheres em outros Ministérios, como: Saúde, Desenvolvimento Agrário e Trabalho e Emprego. Nestes casos, estabeleceram-se assessorias, áreas e ações orçamentárias próprias para cumprir o desafio contido no PPA, e o compromisso na execução do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Além disso, foi importante a instituição dos Comitês de Gênero do Ministério das Minas e Energia e nas empresas vinculadas.

\* No campo da participação e do relacionamento com os movimentos sociais, destaca-se a convocação da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM). A iniciativa foi fruto de ação conjunta do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), com os Conselhos dos governos estaduais e municipais, mobilizando em todo o país cerca de 120 mil mulheres, permitindo:

- Formulação e implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), a partir das diretrizes emanadas da Conferência, de caráter inovador não só pelo conteúdo das ações propostas, mas por sua forma de execução.
- Instituição do Comitê de Gestão e Monitoramento do PNPM, instalado desde abril de 2005 e composto pela representação de 13 ministérios e secretarias especiais e da representação da sociedade civil através do Conselho Nacional de Direitos da Mulher. O comitê tem como objetivo acompa-

nhar a implantação do PNPM e atuar no sentido de remover os obstáculos para sua implementação.

- Constituição do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (secretarias, coordenadorias e assessorias da mulher) em nível estadual e municipal.
- Ampliação e fortalecimento dos organismos de políticas para mulheres nos estados e municípios. Em 2004 existiam 13 desses organismos e, hoje, existem 118, sendo importante ressaltar sua presença na maioria das capitais brasileiras.
- A articulação sem restrições de qualquer natureza com os governos estaduais e municipais, que possibilitou avanços significativos. O mais marcante foi a realização de pactos para a implementação do PNPM com mais de 200 governos municipais e estaduais em eventos, que contaram com a presença de prefeitas (os) e governadoras (es) em 15 estados da federação no ano de 2005 e no ano de 2006.

\* O governo – através da SPM –, buscou dialogar com diferentes segmentos da sociedade, que incluem mulheres camponesas, trabalhadoras, empresárias, profissionais liberais e aquelas organizadas nas diferentes redes de organizações feministas, pautando este diálogo pela diversidade étnico-racial, geracional e de orientação sexual.

\* A parceria permanente com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, que interagiu

com a SPM de forma marcadamente suprapartidária, permitiu a aprovação de mudanças importantes na legislação, com as alterações no âmbito do código penal e a aprovação da Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei Maria Penha.

\* No campo simbólico, é importante destacar a adoção, pelo governo, de um vocabulário inclusivo, além da observância de critérios baseados na linguagem livre de estereótipos.

### **Destaques da ação governamental em direção à igualdade entre mulheres e homens.**

\* Elaboração e implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), integrado por 199 ações e executado por 21 órgãos do governo federal, contemplando as áreas de trabalho, saúde, educação, agricultura familiar, ciência e tecnologia e combate à violência contra a mulher, dentre outras. O PNPM foi lançado em 08/12/2004.

\* Assinatura de 437 convênios com entes federativos (Estados e Municípios) e ONGs, visando a implementação do PNPM.

\* Criação e implantação do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SPM, IBGE, UNIFEM) e do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Ambos constituem-se em importantes ferramentas de modernização da gestão pública.

\* Reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM):

- Ampliação da participação da sociedade civil.
- Reforço à função de controle social.
- Recuperação do acervo do CNDM e montagem do seu Centro de Documentação e Memória.

\* No Plano Internacional, o Brasil assumiu a Presidência da Comissão Interamericana de Mulheres (OEA) - pela primeira vez desde sua criação em 1928 -, e da Mesa Diretiva da Conferência Regional da Mulher da CEPAL.

- Honrou todos os compromissos assumidos em instâncias como o Comitê CEDAW/ONU.
- Teve participação ativa na atualização dos Compromissos com a Plataforma de Beijing na avaliação realizada na ONU por ocasião dos 10 anos da Plataforma (Beijing + 10).
- Participou ativamente na reestruturação da REM - Reunião Especializada da Mulher no Mercosul. Atuou para a criação de um GT de Gênero na REAF (Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul).

### **Na área do TRABALHO**

\* Lançamento do Selo Pró-Equidade de Gênero (SPM, UNIFEM, OIT) – conferido a empresas públicas que promovam iniciativas buscando a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens nas relações de trabalho.



Concorrem à obtenção do selo em sua primeira edição: Petrobras, Eletrobrás, Eletro-norte, Eletronuclear, Cepel, Furnas, Itaipu, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Serpro, Embrapa, dentre outras.

\* Instalação da Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho (MTE, SPM, SEPPIR, OIT, Representação Sindical dos trabalhadores e patronal).

\* Implementação do Plano Nacional de Qualificação (MTE, SPM):

- Total de 56% de mulheres no universo de trabalhadores capacitados.

\* Criação do Programa Primeiro Emprego do (MTE, SPM):

- Inclusão de 53,4% de mulheres no universo total de jovens atendidos.

\* Lançamento da Campanha Nacional de Valorização e Formalização do Trabalho Doméstico (SPM; MTE; MPS e SEPPIR):

- Integrada pelo envio da Medida Provisória 284 ao Congresso Nacional, e por ações como o programa “Capacitando para a Cidadania” e a campanha publicitária de rádio “Trabalhar sem carteira assinada não tem graça”.

\* Lançamento do Programa Trabalho Doméstico Cidadão (MTE, SEPPIR, SPM, M.Cid):

- Qualificação profissional, aumento da es-

colaridade e programa de moradia para as trabalhadoras domésticas.

\* Aprovação da Lei 11.324/06 que incentiva a formalização do emprego doméstico possibilitando o desconto no Imposto de Renda do montante pago como contribuição previdenciária pelo empregador. Também garante a estabilidade da trabalhadora doméstica gestante, sacramenta o período de férias de trinta dias, as folgas nos fins de semana e feriados e, ainda, elimina a possibilidade de desconto, da remuneração das trabalhadoras, dos itens de alimentação e higiene por parte dos empregadores.

\* Estabelecimento do Convênio SPM/Banco da Mulher (SPM): capacitação de 260 agentes de microcrédito em todo o país para ampliação da concessão de microcrédito produtivo para mulheres urbanas.

\* Criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (MDA; SPM):

- Realização de 386 mutirões itinerantes em 401 municípios, predominantemente rurais, garantindo a emissão gratuita de mais de 270 mil documentos. A ação já beneficiou mais de 145 mil mulheres trabalhadoras rurais e mais de 64 comunidades quilombolas, distribuídas em nove estados, incluindo aproximadamente, a emissão de 13.825 documentos.

\* Programa Nacional de Apoio a Agricultu-

ra Familiar – PRONAF (MDA;SPM): nas safras 2004/2005 e 2005/2006 as mulheres passaram a ampliar a sua participação como titulares. Além disso, mais de 550 mil pessoas tiveram acesso ao crédito nesse período, o que equivale a um total de R\$ 1,5 bilhão emprestados. Nesse mesmo período, o crédito especial – o Pronaf Mulher –, emprestou R\$ 80 milhões a mais de 11 mil mulheres trabalhadoras rurais.

\* O II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA (MDA/INCRA,SPM):

- Destaca parte específica sobre o acesso igualitário de homens e mulheres à terra. Com a Portaria nº 981/2003 do Incra, a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos constituídos por um casal passa a ser obrigatória. O cadastro dos (as) candidatos (as) ao Programa Nacional de Reforma Agrária, o contrato de concessão de uso e o título definitivo de propriedade foram alterados para efetivar os direitos estabelecidos.

\* Pelo Projeto Gênero, Raça e Atividades produtivas para o Etnodesenvolvimento (MDA,UNIFEM):

- As mulheres quilombolas receberam apoio à produção com ações de capacitação, comercialização, assistência técnica e extensão rural, além de iniciativas de fortalecimento institucional e documentação civil e trabalhista.

\* O Programa Nacional de Assistência Téc-

nica e Extensão Rural (MDA,SPM):

- Promoveu a igualdade por meio de conteúdos e critérios de seleção de projetos a serem financiados. As orientações metodológicas passaram a levar em consideração as necessidades das trabalhadoras rurais. Projetos protagonizados pelas mulheres rurais foram apoiados, inclusive, através da inovadora realização da Chamada de Projetos específica para as trabalhadoras rurais. Ao total foram 46 convênios com um investimento de mais de 6 milhões de reais.

### **Nas áreas da EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E CULTURA:**

\* Implantação do Programa Gênero e Diversidade na Escola (SPM, MEC, SEPPIR) Capacitação de professores de quinta a oitava séries da rede pública nas temáticas de gênero, raça e orientação sexual, utilizando tecnologias de educação à distância.

\* O Programa Nacional do Livro Didático incluiu os critérios relativos a gênero nos seus editais (MEC, SPM).

\* O Programa Brasil Alfabetizado - alfabetização de mais de 880 mil mulheres adultas, incluindo mulheres negras e indígenas (MEC,SPM).

\* Programa Mulher e Ciência (SPM; MCT e MEC): inédito Edital de Pesquisa do CNPq

(R\$1,2 milhão) na área de gênero.

\* Realização do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas “Pensando Gênero e Ciências”.

\* Realização do 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero para alunos do Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação.

\* Realização do programa de rádio “Mulherio - As Muitas Faces da Mulher Brasileira” (SPM, Rádio MEC), veiculado e distribuído para todo Brasil.

### **Na área da SAÚDE:**

\* Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (MS,SPM):

- Com foco no planejamento familiar, ampliou o acesso aos métodos anticoncepcionais distribuídos para 5.232 municípios e o governo federal passou a arcar progressivamente chegando a 100% desses custos.

\* Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal (MS,SPM):

- Meta de redução de 15% da mortalidade materna e neo-natal, no período de 2004-2007. Pactuação com 25 governos estaduais e seus municípios.

\* Fortalecimento e implementação dos Comitês para redução da Morte Materna e Neonatal - estaduais, regionais, municipais e hospitalares - para controle, prevenção e es-

tudo da mortalidade materna (MS,SPM).

\* Apoio técnico e financeiro a estados e municípios para a implementação de redes de atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência (MS,SPM)

\* Treinamento e capacitação para o atendimento à saúde integral da mulher, com ênfase para a atenção à violência sexual, ao planejamento familiar e para atendimento obstétrico humanizado, incluindo a formação das principais maternidades públicas e conveniadas do país (MS).

\* Atenção especial a segmentos específicos de mulheres. Capacitação de profissionais de saúde nas áreas obstétrica e neonatal, para atendimento apropriado a mulheres negras. Criação de centro de referência para capacitação de profissionais no atendimento de mulheres indígenas, treinamento de parteiras indígenas e quilombolas. Elaboração de material educativo para atendimento às mulheres lésbicas (MS).

### **Na área do ENFRENTAMENTO À VIO-LÊNCIA CONTRA AS MULHERES:**

\* Implantação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SPM, MJ/SENASP):

- Ampliação da Rede de Prevenção e Atendimento à Mulher em todo o país, em parceria com Estados e Municípios. A partir de maio de 2006, 90% das capitais e 25%



das cidades com mais de 100 mil habitantes passaram a ter um Centro de Referência para atendimento a mulheres em situação de violência. Foram criadas 13 Defensorias Públicas da Mulher, 67 casas-abrigo e foram reaparelhadas 50 Delegacias Especializadas da Mulher.

\* Capacitação de mais de cinco mil agentes públicos, que são profissionais da rede de atendimento, das áreas de segurança, saúde, justiça que atuam nas temáticas de gênero e violência contra a mulher (SPM, MJ/SENASP e MS).

\* Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (SPM):

- De abrangência nacional, em regime de 24 horas, todos os dias da semana, destina-se a orientar, encaminhar e acolher denúncias de casos de violência contra a mulher. Nos primeiros quatro meses de funcionamento, foram realizados mais de 20 mil atendimentos.

\* Aprovação, regulamentação e implementação da Lei 10.778/03, que cria a notificação compulsória nos serviços de saúde dos casos de violência contra a mulher.

\* Encaminhamento e sanção da Lei Maria da Penha (Lei 11340/06) pelo Executivo, que cria mecanismos para coibir a violência contra as mulheres. A lei prevê a criação de juizados especializados, medidas de prevenção, de proteção às vítimas e a seus filhos e

punição adequada aos agressores.

\* Elaboração da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com Fins de Exploração Sexual, em especial mulheres e crianças (MJ/SPM).

### No COMBATE À FOME E À POBREZA:

\* Bolsa Família:

- alcança 11 milhões de famílias, e a titularidade do cartão é prioritariamente em nome das mulheres, garantindo-lhes acesso a uma renda mínima.

### Na área de INFRA-ESTRUTURA:

\* Programa Luz para Todos (MME)

- Foram beneficiadas 3,5 milhões de pessoas na área rural, com enorme impacto positivo sobre a vida das mulheres. Ampliação do acesso a bens e serviços básicos.

## 2. HORA DE CONSOLIDAR CONQUISTAS.

**É** inegável que avançamos. Criamos um Plano Nacional e diversas políticas para as mulheres e de promoção da igualdade em diferentes áreas de atuação do governo. Torna-se necessário, a partir de agora, consolidar e ampliar as ações implementadas e empreender novas iniciativas, que correspondam a direitos e demandas ainda não efetivados.

## **A mulher e a autonomia econômica**

\* Nesses quatro anos de governo, houve aumento importante da participação das mulheres no mercado de trabalho, com crescimento do número e da formalização dos empregos. As mulheres são, hoje, mais da metade dos participantes dos cursos de capacitação e formação profissional. No entanto, são ainda as mulheres, especialmente as mulheres negras, que predominam nos postos de trabalho precários, e informais, estando excluídas dos benefícios sociais assegurados aos demais trabalhadores. São as mulheres negras que também recebem os menores salários, mesmo quando possuem os mesmos níveis educacionais que as mulheres ou homens brancos. No governo FHC houve um agravamento do desemprego, e apesar dos enormes esforços do atual governo, ainda são preocupantes as cifras de desemprego especialmente entre as mulheres.

\* O aumento do salário mínimo conseguido neste primeiro governo Lula gerou impacto positivo sobre a vida das mulheres. Para ampliar este efeito, entretanto, há necessidade de um período de crescimento econômico sustentado aliado às políticas distributivas e sociais.

\* O número de mulheres que são chefes de família cresce. E também são elas as únicas responsáveis pelos cuidados dos mais velhos e das crianças. A combinação do esforço para gerar renda e as obrigações com os cuidados

com a família gera entre estas mulheres uma grande sobrecarga e aumenta sua vulnerabilidade social. Os programas de transferência de renda que elegem as mulheres como titulares prioritárias para o recebimento dos benefícios e que atingem número significativo das famílias que vivem em situação de pobreza deverão fortalecer mecanismos que ofereçam alternativas de renda e viabilizem a autonomia econômica para as mulheres.

\* As trabalhadoras domésticas, que em sua ampla maioria são mulheres negras, ainda não têm garantido a totalidade dos direitos trabalhistas assegurados aos demais trabalhadores urbanos, apesar das iniciativas do Governo Lula. É necessário enfrentar as resistências existentes na sociedade para que as trabalhadoras domésticas possam gozar dos direitos previstos. O segundo governo Lula está comprometido em superar essa realidade. Este é um compromisso com a cidadania.

## **A mulher e o desenvolvimento rural**

\* As mulheres representam quase a metade da população rural. Os processos migratórios as atingem em dois aspectos: as mulheres jovens são as que mais migram e elas cada vez mais assumem a responsabilidade pelo grupo familiar que integram.

\* A presença das mulheres na economia rural sempre esteve marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, que se expressa na sua maior presença em atividades voltadas para



o auto consumo familiar e que são consideradas como mera extensão das tarefas domésticas. Essas atividades se caracterizam pela não remuneração e, portanto, não se vinculam à comercialização e geração de rendas.

\* As políticas implementadas no período do primeiro mandato do governo Lula tiveram impacto favorável na vida das trabalhadoras rurais. Este impacto é observado através do aumento nos níveis de renda, na diminuição do trabalho sem remuneração ou daquele voltado exclusivamente para o auto consumo, além da ampliação da sua participação em atividades em que tradicionalmente havia menor presença.

\* No governo Lula importantes programas e ações governamentais foram implementadas para promover a autonomia econômica das trabalhadoras rurais e estas serão intensificadas.

### **Políticas Internacionais**

\* No âmbito econômico internacional, com a modificação do cenário para as negociações internacionais, foram importantes as conquistas que terão continuidade e serão qualificadas com análises sobre os impactos das negociações comerciais internacionais sobre a vida das mulheres e a proposição de medidas que garantam a sua inserção soberana e em condições de igualdade na economia mundial.

\* Já existem inúmeros acordos internacionais que foram firmados pelo governo brasileiro, e que é preciso dar continuidade a sua implementação, bem como participar de iniciativas de intercâmbio internacional que contribuam com a melhoria de vida das mulheres.

### **Saúde**

\* A morte materna acontece, na maioria das vezes, entre as mulheres pobres, com pouco acesso à educação e a serviços de boa qualidade. Uma atenção específica deve ser ampliada para atender às diversas fases da vida das mulheres, em particular a adolescência e juventude.

\* As políticas de planejamento familiar avançaram significativamente no governo Lula. No entanto, existe, ainda, uma parcela importante da população, sobretudo das mulheres, que não possuem acesso à contracepção e à informação adequada, que lhes permita evitar uma gravidez indesejada. Essa situação traz como consequência altos índices de abortos realizados no país, a maioria deles em condições inseguras pela clandestinidade, e levando à mortes maternas evitáveis e a problemas que comprometem a saúde e a qualidade de vida das mulheres.

\* No Governo Lula foram estabelecidas e fortalecidas as estratégias e ações específicas destinadas a segmentos de mulheres no sentido de realizar atendimentos apro-



priados. No próximo Governo Lula é preciso que todas as iniciativas de promoção da saúde das mulheres sejam ampliadas e aperfeiçoadas no âmbito do SUS - Sistema Único de Saúde.

### **Violência contra a mulher**

\* O número de mulheres que sofrem violência doméstica e sexual no país é alarmante. A violência contra as mulheres também está presente na exploração sexual de mulheres para fins comerciais através do turismo sexual, do tráfico de pessoas e de outras formas mais sutis de mercantilização do corpo feminino.

\* As condições desiguais de vida e de poder existentes, fazem com que as mulheres se submetam a relações de subordinação e violência, seja por dependência financeira e afetiva, seja por falta de informação ou pela introjeção de uma cultura secularmente construída de supremacia masculina. A violência destrói a auto-estima das mulheres que a vivenciam. É causa freqüente de absenteísmo e baixo rendimento profissional e tem impacto extremamente negativo sobre sua saúde, estando correlacionada diretamente ao aumento da incidência do HIV/AIDS entre elas.

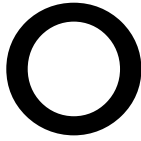
### **Participação política**

\* É preciso ampliar e fortalecer os espaços de participação e controle social. Muito em-

bora esta tenha sido uma preocupação permanente do Governo Lula, há ainda muito a fazer. Além da dificuldade no escasso acesso às políticas públicas, as mulheres ainda têm baixa participação nas decisões sobre as políticas públicas e no exercício do controle social do Estado.

\* As mulheres ocupam lugares de menor importância nos postos de decisão, e ainda são poucas nos legislativos e no judiciário. As políticas públicas permanecem pouco permeadas pelas suas demandas. É preciso ampliar e fortalecer os espaços de participação, controle social e presença nos diferentes âmbitos da vida pública.

## **3. GOVERNAR COM E PARA AS MULHERES**

 Estado deve exercer sua responsabilidade na elaboração de políticas de igualdade para se contrapor aos efeitos negativos das forças sociais, culturais ou de mercado, que produzem as desigualdades e a maior exclusão social das mulheres. Neste sentido, ter o compromisso com a efetivação dos direitos humanos e de cidadania faz toda a diferença. Pois não são políticas assistencialistas e clientelísticas mas respeitam, protegem e promovem o usufruto dos direitos – civis, políticos, sociais, culturais e econômicos -, de todas as pessoas, considerando-as cida-

dãs com direitos iguais, independente de sua classe, raça, etnia, idade, estado civil, ocupação, local de moradia e orientação sexual.

\* O conjunto das políticas considera as diferenças entre as mulheres, como as decorrentes da cor da sua pele e da sua origem étnica, como quesitos que criam diferentes condições de acesso aos recursos, aos serviços e mesmo ao exercício de seus direitos. As discriminações de gênero são entrecruzadas com as discriminações que advêm do racismo, em particular. Assim é preciso demarcar as especificidades de subordinação e exclusão a que estão submetidas as mulheres negras e indígenas, para a definição de ações e planos que visem o combate às desigualdades, que em nosso país têm como eixos constitutivos tanto as desigualdades entre homens e mulheres, como as desigualdades entre brancos e negros.

\* As mulheres devem ser tratadas pelo Estado como sujeitos sociais de direitos e de novas demandas. Isto implica em abandonar estratégias de execução das políticas públicas que reforçam o papel que as mulheres tradicionalmente desempenham no cuidado das pessoas e da família, bem como o apoio que historicamente os governos buscam nas mulheres para combater a pobreza, se utilizando do seu trabalho voluntário. Para superar esse quadro, devem ser adotadas práticas de gestão democrática, nas quais as mulheres sejam protagonistas de transformações, garantindo-lhes

direitos e superando práticas e legislações discriminatórias, afirmando, assim, a sua plena cidadania.

\* As políticas devem garantir o princípio da universalidade, que asseguram a todas as pessoas, sem distinção de qualquer tipo, o acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais e econômicos. Por outro lado, devem observar a diversidade de situações e especificidades da população, que não é homogênea, garantindo o direito às diferenças e à pluralidade cultural do país.

\* A exclusão das mulheres na economia precisa ser superada pelo Estado, a fim de criar as bases para a construção da autonomia, eliminando as discriminações contra as mulheres no mundo do trabalho, promovendo o acesso aos recursos naturais e econômicos e aos serviços, tais como: a terra, a moradia, a água, ao crédito, assistência técnica, infraestrutura, dentre outras.

\* O Estado e a legislação brasileira devem garantir o direito de decisão das mulheres sobre suas vidas e seus corpos. Para isso é essencial promover as condições para o exercício da autonomia com garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e de uma vida sem violência.

\* O Estado é para todas e todos, e deve dirigir suas ações para a garantia de cidadania de todas as pessoas, ao invés de se pautar por preceitos de qualquer crença ou religião.

\* O segundo governo Lula se compromete a continuar a trabalhar com metas e aspirações, buscando construir relações igualitárias, numa visão de cidadania, onde as demandas dos diversos setores excluídos estejam incorporadas num projeto abrangente de promoção da igualdade. No caso das mulheres, isso implica no reconhecimento de que são sujeitos do exercício e usufruto de direitos e que suas diversidades estarão contempladas nas ações e programas. As políticas de promoção da igualdade devem ser políticas de Estado.

\* É compromisso do segundo mandato do Governo Lula avançar e consolidar na implementação de políticas públicas de promoção da igualdade entre mulheres e homens que possam garantir, de forma efetiva, mudanças na condição de vida das brasileiras. É necessário ampliar direitos conquistados e ainda não garantidos.

## 4. INSTITUCIONALIDADE NECESSÁRIA

**A**ção do Estado para mudar o Brasil será materializada ao garantir a igualdade entre mulheres e homens nas diversas instâncias do governo. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada diretamente à Presidência da República, com status de ministério, deve ser fortalecida e contar com re-

ursos humanos e orçamentários ampliados capazes de exercer as seguintes atribuições:

- Coordenar o planejamento, execução e elaboração das políticas para as mulheres e que construam a igualdade para a realização das diretrizes, programas e ações definidas no PPA.
- Garantir a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
- Realizar as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, visando fortalecer o processo participativo de elaboração das ações estratégicas da Política de Igualdade.
- Consolidar um sistema de informação e indicadores.
- Formular propostas de mudanças na legislação e fiscalizar o cumprimento que assegure e amplie os direitos da mulher.
- Coordenar campanhas educativas e antidiscriminatórias.
- Cumprir com os acordos internacionais em prol dos direitos e condições das mulheres e manter a presença do Estado nos fóruns e instâncias internacionais.

Existem instâncias responsáveis pela implementação das políticas para as mulheres em diversos ministérios e têm sido experiências exitosas. Estas iniciativas poderão ser ampliadas e

diversificadas, para apoiar as ações da SPM.

## 5. PROPOSTAS PARA FORTALECER A PROMOÇÃO DA IGUALDADE

**Garantir o exercício dos direitos econômicos e sociais.**

*Para incluir as mulheres no desenvolvimento econômico e social, partimos da universalidade e da igualdade para promover a autonomia econômica, diminuindo a pobreza feminina, incentivando iniciativas produtivas e de geração de renda; a capacitação para a gestão produtiva; acesso ao crédito, fiscalização e controle para eliminar as desigualdades das mulheres nas condições de trabalho.*

- Promover a igualdade e combater os preconceitos no mundo do trabalho e garantir a ampliação do acesso das mulheres aos recursos naturais, econômicos e serviços.

- Dar continuidade à ampliação, qualificação, monitoramento e difusão de experiências de acesso ao crédito, à assistência técnica, à infra-estrutura e à organização produtiva, agregação de valor e comercialização para mulheres assentadas, agricultoras familiares, extrativistas e de comunidades rurais tradicionais.

- Universalizar o acesso das mulheres rurais

à documentação civil e trabalhista, por meio do fortalecimento do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural. Inclusão das Secretarias da Fazenda dos Governos Estaduais e ampliação de unidades móveis e ações educativas em todas as unidades da federação.

- Fortalecer o acesso igualitário das mulheres à terra, garantindo assistência jurídica e promovendo o monitoramento de dados sobre o acesso das mulheres à terra, a serviços rurais, de infra-estrutura e equipamentos sociais na reforma agrária.

- Formular política de igualdade nos programas de Segurança Alimentar.

- Incentivar a titularidade das mulheres nos projetos habitacionais e a participação na definição dos projetos arquitetônicos.

- Incentivar a elaboração de políticas habitacionais que contemplem a exigência de equipamentos coletivos de lazer, escolas, creches, postos de saúde, serviços de segurança e de prevenção à violência contra a mulher.

- Dar continuidade à ampliação do acesso das mulheres às políticas e programas de capacitação e requalificação, facilitando opções de formação profissional para as mulheres em áreas não tradicionalmente femininas.

- Ampliar o acesso ao crédito nos empreendimentos produtivos para mulheres urbanas.

- Fortalecer a fiscalização no âmbito dos direitos trabalhistas das mulheres para o cumprimento das exigências de igualdade de oportunidades, especialmente de proteção à maternidade e de combate ao assédio sexual no trabalho, dentre outras específicas.

### **Incentivar a divisão de responsabilidades na família**

*A transferência para a esfera pública de uma maior parte dos cuidados com os filhos, com os idosos e com os enfermos é uma forma de aliviar o trabalho reprodutivo não-remunerado e convertê-lo em produtivo e remunerado, o que por sua vez criaria mais empregos e daria oportunidade para a profissionalização de muitos desses serviços.*

- Promover campanhas educativas pela responsabilização igualitária dos homens nos trabalhos domésticos.
- Fomentar a criação de equipamentos sociais para socializar a atenção às crianças, a alimentação familiar e limpeza de vestuário para mulheres urbanas e rurais.

### **Garantir a saúde e o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos**

*O segundo governo Lula desenvolverá ações que assegurem autonomia das mulheres sobre seu corpo, a qualidade de vida e da saúde em toda a fase de sua vida, respeitando a diversidade racial e étnica e a orientação sexual das mulheres.*

- Continuar a implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

- -SUS-, tendo como filosofia o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

- Contemplar a integralidade da atenção, considerando as especificidades de raça/etnia, orientação sexual, idade, o fato de ser trabalhadora rural ou urbana e das pessoas portadoras de deficiência.

- O SUS deverá adequar o atendimento às necessidades da vida das mulheres, tais como: ampliação dos horários de atendimento, visando atender as mulheres trabalhadoras; ampliação da oferta de serviços de promoção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento das doenças e agravos mais prevalentes; capacitação de gestores para o atendimento humanizado e o uso adequado e resolutivo das tecnologias.

- Criar mecanismos nos serviços de saúde que favoreçam a autonomia das mulheres sobre o seu corpo e sua sexualidade e contribuir na revisão da legislação.

- Garantir o acesso das mulheres a serviços de qualidade, que reduzam as taxas de mortalidade e morbidade maternas; os agravos decorrentes da violência sexual e doméstica, incluindo serviços de aborto legal; o câncer



de colo de útero e de mama; os problemas de saúde mental; as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS; as doenças resultantes das condições de trabalho.

- Garantir o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, através de políticas voltadas para o acesso ao planejamento familiar, com inclusão da responsabilidade masculina; de melhoria da qualidade da atenção no pré-natal, parto e puerpério; da atenção humanizada às mulheres que chegam aos serviços em processo de abortamento e em todas as situações que envolvam a saúde sexual e reprodutiva, em todas as fases da vida das mulheres.

### **Enfrentar a violência contra a mulher**



20

*Prevenir a violência sexual e doméstica, fortalecendo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com ações que articulem prevenção e apoio às vítimas, em articulação com os estados e municípios, no seu planejamento e execução.*

- Fortalecer os serviços especializados de atendimento à mulher como Delegacias de Mulheres, Centro de Referência, Casas Abri- go e garantir, através de políticas efetivas, a implementação da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

- Garantir a aplicação da Lei Maria da Penha.

- Enfrentamento ao tráfico de pessoas por meio do fortalecimento das instâncias res-

ponsáveis pela investigação, apuração e desbaratamento das redes criminosas, assim como estabelecer cooperações com países de destino das mulheres traficadas.

### **Combater o preconceitos e a discriminação**

*Criar e incentivar formas de comunicação alternativas visando desenvolver uma cultura de igualdade, com linguagem voltada ao respeito às mulheres em sua diversidade.*

- Incentivar o desenvolvimento de campanhas e o debate na sociedade, estimulando a construção de valores baseados nos direitos humanos e, em particular, no combate aos preconceitos e às discriminações relacionadas ao racismo, às diferenças culturais, às diferenças sexuais, às diferenças de idade, entre outras.

### **Promover a cidadania e a participação das mulheres nos espaços de poder**

- Ampliar e qualificar a participação das mulheres nos espaços de controle social, tais como conselhos e órgãos colegiados.

- Fortalecer iniciativas de fortalecimento institucional de organização de mulheres rurais e urbanas.

- Ampliar a participação das mulheres nas Conferências de Políticas para as Mulheres e nas demais conferências municipais, estaduais e nacionais, de políticas públicas.



- Incentivar a ampliação das mulheres nos espaços de poder.
- Promover os direitos e ampliar o acesso das mulheres à Justiça.

### **Ampliar e qualificar o acesso a educação, pesquisa e cultura**

*Influir no sistema nacional de educação para garantir uma educação de qualidade e não discriminatória, que vise formar uma cultura de igualdade entre homens e mulheres e que propicie melhores condições para inserção no mercado de trabalho. Construir um projeto pedagógico baseado nos princípios da diversidade, igualdade e justiça social.*

- Dar continuidade à criação de núcleos de pesquisas e reuniões especializadas e grupos de trabalho em encontros acadêmicos sobre mulheres rurais e apoio a estudos e pesquisas sobre mulheres rurais, urbanas, negras e indígenas.
- Promover, junto aos meios de comunicação, programas de construção de imagem e informação, que reforcem a igualdade entre homens e mulheres.
- Promover a ampliação de referências estatísticas desagregadas por gênero.
- Contribuir com a elaboração de indicadores de gênero para a realização de diagnósticos de impactos das políticas.

- Fomentar a ampliação dos serviços de atenção à educação infantil, em particular ampliar a rede de creches.

- Incentivar a realização de estudos e pesquisas sobre as relações de gênero, condição de vida das mulheres, movimentos sociais.

### **Internacional**

- Garantir e aperfeiçoar mecanismos institucionais para a Igualdade de Oportunidades no MERCOSUL e promover avanços na harmonização normativa promotora da igualdade das mulheres entre os países do Mercosul.

- Apoiar iniciativas que favoreçam uma participação mais igualitária na representação dos países do Mercosul.

- Fortalecer a articulação e integração das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais no âmbito da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul, bem como incorporar na posição brasileira nas negociações de acordos internacionais e de integração regional, a análise das implicações sobre a inserção produtiva das mulheres rurais.

- Fortalecer a participação do Brasil em fóruns e instâncias internacionais em especial a CIM (Comissão Interamericana da Mulher), a REM (Reunião Especializada da Mulher no Mercosul) e a Mesa Diretiva da Cepal.

## COMISSÃO TEMÁTICA DE MULHERES

### **Vera Soares (Secretária Executiva)**

Andréa Lorena Butto  
Aparecida Gonçalves  
Hildete Pereira de Melo  
Leila Cristina Tavares  
Liége Rocha  
Márcia de Cássia Gomes  
Maria Angélica Fernandes  
Maria Ednalva Bezerra de Lima  
Nilcea Freire  
Teresa Cristina Sousa

### **EQUIPE DE APOIO**

Bruno Gaspar  
Cilene Antonioli

### **COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO**

### **Marco Aurélio Garcia (Coordenador)**

Dilermando Toni  
Glauber Piva  
Juarez Guimarães  
Miriam Belchior  
Renato Rabello  
Valter Pomar





VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdoB • PRB



# LULA

**DE NOVO COM A FORÇA DO POVO**